

## JUVENTUDE MARCADA: RELAÇÃO ENTRE ATO INFRACIONAL E A ESCOLA PÚBLICA

Patrícia Leme de Oliveira Borba (Universidade Federal de São Carlos e Universidade Federal de São Paulo)  
Roseli Esquerdo Lopes (Universidade Federal de São Carlos)  
Beatriz Pereira Prado (Universidade Federal de São Carlos)

A partir de uma perspectiva sócio-histórica, foram investigadas as relações entre a condição juvenil inscrita na pobreza e suas trajetórias na escola pública perpassadas por intervenções de instituições reconhecidas como de proteção, segundo o Estatuto da Criança e Adolescente, uma vez deflagrado o ato infracional; no caso em estudo, o Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) da cidade de São Carlos (SP). Para tanto, trabalhou-se com o acompanhamento e a reconstituição das trajetórias de vida e de percurso escolar de jovens que cometeram ato infracional, bem como se analisou históricos escolares daqueles egressos do Sistema NAI, no período de 2000 a 2009. Isso resultou na produção de um banco de dados com 3587 históricos escolares e na reconstituição da trajetória escolar de 10 adolescentes descritas e discutidas em seis narrativas, buscando-se uma compreensão em que as histórias de vida qualificaram os dados estatísticos, com a priorização da visão dos jovens sobre esse processo. A intenção foi articular todos esses dados, somados aos documentos formais e informais, com o estudo teórico das principais temáticas desta pesquisa, a priori: adolescência, juventude, desigualdade social, pobreza, ato infracional, criminalidade, maioridade penal e escola pública. Dessa forma, os principais resultados que este trabalho aponta referem-se à necessidade: da revisão da atribuição à fase da adolescência da marca da vulnerabilidade social, colocando-se em foco que a falência no cuidado e as situações de vulnerabilidade que decorrem, em médio prazo, no envolvimento com os atos infracionais se localizam nos tempos idos da Infância; do desvelamento dos níveis da desproteção dos adolescentes e jovens nos diferentes espaços por onde circulam, com destaque para o Sistema Jurídico-Assistencial, à Escola Pública e à Família; de que se discuta a inadequação do sistema de medidas socioeducativas, com foco nas de meio aberto, seu caráter moralista e punitivo e sua ineficiência no que se refere à inserção e ao acompanhamento dos adolescentes em cumprimento da medida no ensino regular; de tornar possível a construção de uma escola pública assentada em bases democráticas, com qualidade para todos, e a criação de estratégias e recursos que cuidem das crianças e dos adolescentes em processos de rupturas de suas redes de suporte social, os quais levam, quase que invariavelmente, aos envolvimento com os atos infracionais. Enfim, intenciona-se que este estudo possa oferecer referências para estratégias de enfrentamento às vulnerabilidades que cercam o cotidiano de adolescentes e jovens de grupos populares urbanos e, também, para a construção de uma escola pública de qualidade, democrática e participativa, ainda, para um sistema de proteção que, de fato, se dê na direção da garantia dos direitos de adolescentes e jovens brasileiros.

Palavras-chave: Adolescência, Ato Infracional e Escola Pública.